



**Universidade de Brasília**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LUIZ OTÁVIO VIEIRA MARQUES**

**Os paulistas e a conquista do sertão:  
uma comparação entre as abordagens de Alfredo Ellis  
Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.**

**Brasília, DF**

**Agosto de 2015**

LUIZ OTÁVIO VIEIRA MARQUES

**Os paulistas e a conquista do sertão:  
uma comparação entre as abordagens de Alfredo  
Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de História  
da Universidade de Brasília, como pré-  
requisito parcial para a obtenção do título  
de licenciado/bacharel em História.

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa

(Orientador)

Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz

Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

**Brasília, DF**

**Agosto de 2015.**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

LUIZ OTÁVIO VIEIRA MARQUES

## **Os paulistas e a conquista do sertão: uma comparação entre as abordagens de Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de História da Universidade de Brasília, como pré-requisito parcial para a obtenção do título de licenciado/bacharel em História.

Orientador: Prof. Dr. Kelson Semerene Costa

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Kelson Semerene Costa

---

Profa. Dra. Diva do Couto Gontijo Muniz

---

Prof. Dr. José Luiz de Andrade Franco

**Brasília, DF**

**Agosto de 2015.**

## **Agradecimentos**

Torno pública a minha gratidão ao orientador do presente trabalho, professor Kelerson, pelos valiosos ensinamentos, pela dedicação, disponibilidade, pelo rigor e erudição das correções por ele realizadas, mas especialmente pela atenção dedicada desde o primeiro encontro até o último dia de redação do trabalho. Agradeço ao professor José Luiz por ter me orientado desde que ingressei na faculdade de história até meu último semestre, em iniciações científicas, monitorias, entre outros trabalhos. Devo a ele não só a escolha do tema da pesquisa que ora finalizo, mas a minha própria formação como historiador. Agradeço a Naldo, por todos os ensinamentos, experiências, e maturidade que sua companhia me proporciona todos os dias. Agradeço a meus pais, Amir e Helizângela e a meu irmão, Ricardo, por existirem, o amor infinito que me acompanha no cotidiano desde que nasci não pode ser traduzido em palavras, nem por um historiador. Agradeço a toda a minha família pelo apoio e ensinamentos a quem eu sempre quis orgulhar. Agradeço a minha namorada, Gabriela, que tornou o período da graduação muito mais suave e inspirador, um sonho que se guarda com muito carinho. Agradeço aos meus amigos, que me fizeram perceber que o futuro me reserva muita saudade.

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar como os temas do bandeirismo - entendido como o movimento itinerante da sociedade colonial paulista rumo ao sertão, no interior do território nacional - e da formação da sociedade paulista, foram abordados por dois autores de grande relevância na historiografia do Brasil em algumas de suas obras: Alfredo Ellis Júnior, em *Meio Século de bandeirismo* (1939), e Sérgio Buarque de Holanda, em *Monções* (1945) e *Raízes do Brasil* (1936). Neste estudo, a apresentação dos trabalhos é sucedida de uma comparação das duas perspectivas e influências na construção de cada abordagem. Concluiu-se que Alfredo Ellis Júnior aborda o bandeirismo como um capítulo de uma epopeia paulista construída por ele, enquanto Sérgio Buarque de Holanda aborda este tema como a construção de uma cultura híbrida, nem europeia nem indígena, mas americana.

Palavras Chave: Bandeirismo; Monções; Sertão; Alfredo Ellis Júnior; Sérgio Buarque de Holanda.

## **Sumário**

Introdução.....	7
1. Capítulo 1 – A abordagem de Alfredo Ellis Júnior.....	11
2. Capítulo 2 – A abordagem de Sérgio Buarque de Holanda.....	22
3. Conclusão.....	33
4. Referências.....	36
Fontes.....	36
Bibliografia.....	36

## Introdução

A figura do bandeirante e o fenômeno do bandeirismo, a conquista do sertão da América portuguesa a partir do planalto paulista, povoaram e ainda povoam o imaginário<sup>1</sup> e a identidade<sup>2</sup> regional paulista e nacional. A compreensão deste fenômeno, a imagem construída do bandeirante, a sua inserção na história das sociedades paulista e brasileira têm uma história própria. Muitos foram os mitos, narrativas, expressos em obras de arte, trabalhos científicos, ensaios, entre outras produções, que se dedicaram a tal fenômeno, produzindo resultados muito diversos, variando de acordo com os respectivos contextos históricos, pois cada discurso presente em cada obra possui também a sua historicidade própria. Neste sentido, o presente trabalho se propõe a abordar e comparar duas perspectivas distintas deste ícone da história colonial brasileira, que é o fenômeno do bandeirismo e da expansão paulista: a de Alfredo Ellis Júnior e a de Sérgio Buarque de Holanda, por meio da análise de algumas de suas obras - do primeiro, *Meio Século de Bandeirismo*; do segundo, *Monções e Raízes do Brasil*.

O final do século XIX e início do século XX, no Brasil, após a proclamação da República, em 1889, foi um momento de reorganização política da nação, no qual também estiveram em questão os fundamentos da identidade nacional brasileira. Neste sentido, é importante que o historiador que mira sua lupa neste período não trate seus resultados com naturalidade, mas como construção humana, conflituosa, feita por escolhas e oportunidades, ou seja, histórica. Portanto, vários foram os projetos políticos, ideológicos e disputas importantes para os novos rumos do país. De maneira muito básica e resumida, podem-se citar projetos como os de setores do exército, da elite cafeeira do oeste paulista, da aristocracia nordestina, dos estancieiros do sul do país, entre outros, além é claro, das divergências internas dentro destes próprios grupos.

Nestas disputas de poder e projetos políticos o entendimento de si, enquanto nação, região ou estado se modificava em cada grupo. Assim, o entendimento dos símbolos que

---

<sup>1</sup> Entende-se por imaginário, no presente trabalho, a memória subjetiva, elementos visuais, ou mesmo tradições que foram construídos em torno de alguns símbolos ou fatos históricos e são compartilhados pela população em geral. Trata-se de uma memória coletiva, porém que compartilha componentes específicos e que produzem entendimento dos objetos a que se referem.

<sup>2</sup> Identidade é compreendida pelo texto que ora se apresenta como o conjunto de ingredientes simbólicos que constituem o entendimento de si em relação ao outro. No caso de uma identidade regional paulista, por exemplo, é o grupo de componentes simbólicos que fazem um paulista se enxergar como tal e não como alguém pertencente a outra comunidade regional. Para a constituição da identidade são necessários elementos afirmativos e negativos, pois o entendimento de si mesmo pressupõe a delimitação, não só daquilo que se é, como também daquilo que não é.

compõem a identidade nacional e regional também foram objeto de divergências. Politicamente, as primeiras décadas do século XX assistiram ao domínio das elites paulistas e mineiras, no que ficou conhecido como República Velha (1889 – 1930), entre vários outros nomes. A descentralização política, orientada pelas doutrinas federalistas de inspiração norte-americana, esteve em pauta neste período, fortalecendo ainda mais, elites regionais, especialmente as de São Paulo, estado que desde fins do século XIX despontava como polo de produção da matriz econômica do período: o café. Este processo de fortalecimento político e econômico paulista foi acompanhado por uma tentativa de revisão do próprio lugar que este estado e seu povo ocupavam na consciência histórica nacional. São Paulo, que sempre ocupava posição política secundária, agora se tornava o centro do poder.

A construção da própria identidade regional paulista passava pela invenção de tradições numa tentativa de enobrecer o passado desta parte do território nacional. Assim, se criava um solo fértil para a valorização e construção de um símbolo do passado colonial paulista: o bandeirante. Vários foram os trabalhos que tomaram este caminho, não de maneira proposital e consciente, mas que acabaram criando uma mitologia, nas palavras de Ricardo Luiz Souza<sup>3</sup>, em torno do fenômeno do bandeirismo. Para citar dois autores de grande expressão que participaram da criação desta mitologia bandeirante, lembramos Alfredo Ellis Júnior e Afonso Taunay, mas muitos foram os que percorreram este caminho.

O fenômeno do bandeirismo também foi utilizado como um símbolo identitário na conjuntura política posterior à República Velha (1889 – 1930), a partir da Era Vargas (1930-1945), mas com objetivos e inspirações distintas. O período que se inicia com a chamada Revolução de 1930 marca uma mudança na atuação do Estado e na organização da sociedade brasileira, caracterizada por uma centralização política autoritária, pelo enfraquecimento das bases de poder regionais que protagonizaram a conjuntura política anterior e pela tentativa de integrar as diversas regiões do território nacional. Especialmente a partir do Estado Novo (1937-1945), fase ditatorial de inspiração fascista, o Estado desenvolveu políticas para integrar à nação os territórios “vazios”, conhecidos genericamente como *sertão*, de modo a promover a modernização e o progresso da nação. Neste sentido, um processo de “reconquista” do território brasileiro se constituiu, com vistas à integração do território nacional, ao fim do arquipélago produzido por regiões desconectadas e ao efetivo controle por parte do Estado de todas as suas fronteiras. O sertão, portanto, se constituiu um destino, assim como em um espaço simbólico e

---

<sup>3</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. A mitologia bandeirante: construção e sentidos. *História Social*, São Paulo, n. 13, p. 151-171, 2007.



privilegiado de construção da identidade nacional. Seus novos conquistadores foram comparados aos antigos bandeirantes. Esse projeto estatal, endossado por grande parte da sociedade civil, foi chamado de Marcha para o Oeste, e comparada a uma nova bandeira.

É neste momento de conquista do sertão que o personagem do bandeirante vai ser valorizado, porém em um contexto diferente daquele de construção da identidade regional paulista. Não significa dizer que um contexto se oponha ao outro, nem que aquele tenha acabado ou sido abandonado, pois inclusive o segundo foi influenciado pelo primeiro, mas o fato é que existe um novo momento onde o tema das bandeiras ocupou um papel um pouco diferente daquele dos textos das décadas de 1920 e início da década de 1930. Um papel de ressignificação da identidade nacional e várias obras se dedicam a este intento. Pode-se citar autores como Cassiano Ricardo, ou mesmo Oliveira Viana, que atuam tanto na construção da mitologia bandeirante, enquanto símbolo paulista, quanto em trazer esta mitologia para a construção da identidade nacional.

Como é possível perceber, o fenômeno do bandeirismo foi relevante na construção das identidades regional paulista e nacional, assim como um objeto de estudo de vários historiadores, portanto, também relevante na historiografia nacional. A ideia do presente trabalho é traçar, em perspectiva, uma comparação de dois autores que foram contemporâneos, Sérgio Buarque de Holanda, e de Alfredo Ellis Júnior, abordando o fenômeno do bandeirismo, na tentativa de compreender o caráter e o significado deste tema para cada um dos dois autores, assim como suas principais diferenças e semelhanças.

No primeiro capítulo, me dedicarei a apresentar uma obra de Alfredo Ellis Júnior, *Meio Século de Bandeirismo*, assim como contextualizá-la no projeto ideológico do autor, que desejava realçar a figura do bandeirante como símbolo da singularidade paulista. Apresentarei também uma breve biografia de Ellis Jr. para situá-lo neste nada consensual debate a respeito do passado colonial paulista.

No segundo capítulo, me dedico a analisar duas obras de Sérgio Buarque de Holanda: *Raízes do Brasil* e *Monções*, escritas em contextos diferentes da trajetória intelectual do próprio autor, assim como completamente diversos dos de Ellis Jr, ressaltando a abordagem que Sérgio

Buarque traz da relação entre as culturas<sup>4</sup> europeia e indígena na formação da sociedade paulista e brasileira.

Por último, na conclusão do trabalho, faço uma comparação entre as duas abordagens e entendimentos, buscando apontar semelhanças, mas principalmente as diferenças estruturais existentes nas obras dos dois autores, que influenciaram, grande parte dos trabalhos historiográficos do século XX que se dedicaram a tal tema.

---

<sup>4</sup> Por cultura, na presente redação, entende-se o aglomerado de práticas humanas materiais ou imateriais que constituem a vida de determinado grupo social.

## 1. Capítulo I – A abordagem de Alfredo Ellis Júnior

Alfredo Ellis Júnior foi um historiador, advogado, deputado estadual pela cidade de São Paulo, que nasceu em 1896 e faleceu em 1974. Filho de um grande cafeicultor e político paulista, e descendente de uma das tradicionais famílias de São Paulo, Ellis Jr. teve um grande vínculo com esse estado, tendo inclusive combatido na Revolução Constitucionalista de 1932.

Sua trajetória como historiador começa nos anos 1920, com as suas primeiras publicações. De todas as suas numerosas obras, a esmagadora maioria é relacionada à história paulista, e boa parte ao tema das bandeiras e de seu papel na formação de São Paulo e do Brasil. Para mencionar alguns títulos, *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano (1924)*; *Raça de Gigantes (1926)*; *Confederação ou separação (1933)*; *Meio Século de Bandeirismo (1939)*; *O café e a Paulistânia (1951)*, entre outros. É possível perceber, apenas analisando estes títulos, que a história e a identidade paulistas são temas de grande importância em sua trajetória como historiador.

A obra escolhida para a análise do tema das bandeiras, sob o ponto de vista de Alfredo Ellis Júnior, foi *Meio Século de Bandeirismo*, publicada em 1939, pela Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional. Com relação à sua estrutura, a obra é composta por uma introdução e o corpo do texto é dividido em três partes, cada parte contendo capítulos diversos e finalizada por uma conclusão, referente à cada parte.

A introdução dessa obra é de grande valia para quem deseja se debruçar sobre o tema das bandeiras e como ele é entendido pelo autor em questão. Durante toda a obra, e já na introdução, o autor tem como horizonte o bandeirismo enquanto um capítulo heroico da história paulista. Para Ellis Jr., o fenômeno do bandeirismo é aplicável apenas àquelas expedições que tinham como objetivo a escravização de determinados povos indígenas, e sua consequente organização em uma “indústria do apresamento”<sup>5</sup>, assim como tratada por ele. Desta maneira, o bandeirismo seria um fenômeno exclusivo da história de São Paulo.

Podemos verificar tal afirmação logo na primeira frase da obra, que diz: “O fenômeno do Bandeirismo só foi realizado nesta parte do continente luso americano.”<sup>6</sup> Para explicar essa frase, o autor afirma que existiram surtos esporádicos de apresamento em outras localidades, mas, para cada caso, ele procura mostrar como não existiu ali uma ação organizada de

---

<sup>5</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Meio Século De Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 21.

<sup>6</sup> Idem, p. 7.

apresamento, ou que as expedições realizadas em outros locais seriam requisitadas pela coroa, chamando-se entradas, segundo a perspectiva do autor.

É possível afirmar que a obra analisada é construída sobre dois pilares do pensamento de Ellis: o horizonte da história paulista e o tema do bandeirismo relacionado ao apresamento de populações indígenas escravizadas. Em relação à história paulista, num processo de uso do passado na construção e reafirmação de uma identidade regional, Ellis coloca o fenômeno do bandeirismo como um dos grandes capítulos da história de uma população virtuosa, como a sociedade planaltina:

(...) a lavoura de café no planalto paulista, que é, sem dúvida, o maior repositório de esforço agrícola realizado a face do planeta. Esse fenômeno esplendoroso, testemunhador da imensa eficiência de um agregado humano, perdurou por mais de um século e meio, e se manifesta ainda hoje, na extraordinária situação de São Paulo (...) bem como na criação do maior parque industrial da América do Sul. Essa têm sido a evolução histórica do grupo humano planaltino, sempre a demonstrar, em sucessivos capítulos, uma energia descomunal, um espírito de arrojo inimaginável, uma coragem estupenda, um ânimo alevantado e extraordinário, capaz de um esforço físico notável, e uma eficiência magnífica, que se revela a cada iniciativa que se engolfa.<sup>7</sup>

O fenômeno do bandeirismo seria para Ellis Jr., portanto, um capítulo da história paulista, assim como os empreendimentos mineradores, a lavoura de café e a formação de um parque industrial. A partir de então, o autor começa a explicar os motivos de tamanho desenvolvimento e evolução da sociedade paulista, em oposição ao atual declínio econômico e social de outras áreas que já foram potências regionais, como o Nordeste brasileiro. Um traço claro da afirmação da singularidade do progresso paulista, como já abordado acima, na construção de uma identidade regional, muitas vezes, em oposição à nacional.

O pai de Alfredo Ellis Jr. foi um dos fundadores do Partido Republicano Paulista (PRP) e o próprio autor foi deputado estadual pelo partido de 1926 a 1930. Esse lugar de fala do pensador é muito importante para compreender sua obra em perspectiva. Para uma parte da intelectualidade paulista do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, especialmente aquela ligada ao PRP, o uso do tema do bandeirante como um símbolo na construção, ou reafirmação, de uma identidade regional de São Paulo foi recorrente.

Já na construção de um projeto republicano, em oposição à monarquia brasileira, a partir da década de 1870, a elite cafeicultora e os pensadores deste projeto em São Paulo foram desde o início muito ligados a uma face liberal e federalista, muito influenciados inclusive pelo

---

<sup>7</sup> Idem, p. 8.

modelo político dos EUA. Além disso, a partir das últimas décadas do século XIX, São Paulo ocupava o lugar de maior destaque econômico do país, e aos poucos se transformava em um dos centros de poder, apesar de no seu passado ter ocupado um lugar periférico no mapa do poder político e econômico. Assim, o anseio por maior autonomia política por parte das elites paulistas, aliado a uma vontade de reparação histórica do lugar ocupado por São Paulo na consciência nacional, produziu uma construção da identidade regional do estado. Esta identidade regional paulista, a partir do republicanismo, se colocava, ela mesma, com maior autonomia em relação ao resto do país, chegando inclusive a se opor à nacional em alguns casos, como por exemplo o diminuto movimento separatista de 1887.<sup>8</sup>

De acordo com Danilo Ferreti, esse novo discurso identitário dos republicanos constituía-se na afirmação da singularidade e no progresso de São Paulo e de seu povo em oposição às demais localidades, especialmente o Nordeste, entendido como apático e dependente do governo.<sup>9</sup> A singularidade de progresso e autonomia foi buscada e reforçada no passado. É neste contexto que o bandeirismo, mais especificamente, torna-se um símbolo de identidade regional. O discurso identitário local teve fôlego proporcional à participação política do grupo de republicanos paulistas na República Velha (1889-1930).

Porém, nem todos os discursos sobre os bandeirantes foram sempre de exaltação de um caráter paulista autônomo e progressista. Já nos idos de 1830, os intelectuais brasileiros ligados ao indianismo criticavam duramente a imagem do passado colonial vicentino, especialmente a figura do bandeirante, colocando-o como um violento caçador de indígenas. Também com a crise política instaurada na década de 1920, o próprio caráter liberal e federalista proposto pelo PRP seria criticado, assim como seu grande símbolo: o bandeirante. Neste sentido, surgem alguns interlocutores de Ellis Jr., como o jovem professor Oliveira Viana, que combatia esta imagem criada do passado paulista autônomo e democrático, especialmente na exaltação da figura do bandeirante. Nesse contexto, autores como Alfredo Ellis Jr. se propuseram a defender o moribundo caráter regional singular, progressista, democrático de São Paulo, tanto politicamente quanto em seu lastro de identidade buscado no passado, o bandeirante. Ainda na esteira de Ferreti: “Na crise de hegemonia do grupo perrepista, ocorrida nos anos 1920, o passado colonial foi mobilizado para sustentar argumentos políticos e projetos de Estado e Nação, conferindo diferentes sentidos ao símbolo bandeirante.”<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> ADUCCI, Cassia Chrispiniano. *A pátria paulista*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2000.

<sup>9</sup> FERRETI, Danilo J. Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 59-78. jan./jun. 2008.

<sup>10</sup> Idem, p. 74.

Para sustentar tal singularidade de progresso, o Ellis Jr. se mostra muito influenciado por explicações ambientais e raciais e estas são essenciais para se compreender o seu entendimento acerca do passado paulista, assim como sua atuação política como deputado estadual. É importante ressaltar que este tema foi o cerne de publicações anteriores, como *Raça de Gigantes (1926)*<sup>11</sup> e *Pedras Lascadas (1928)*. Nesse sentido, a análise do papel dado por Ellis Jr. ao índio no movimento bandeirante é uma questão crucial para se compreender a obra que ora se analisa.

Desde meados do século XIX, as correntes intelectuais que se dedicavam à aplicação de explicações evolutivas genéticas e ambientais para a história dos seres humanos, tal como se fazia para espécies de animais e demais seres vivos, se multiplicaram. Tais correntes se utilizavam de argumentos biológicos para dar um ar científico a preconceitos sociais e culturais, especialmente para afirmar uma superioridade racial e cultural europeia sobre outros povos, assim como dar à miscigenação um caráter pejorativo, tida como razão de deficiências, entre outros problemas. Um certo “aperfeiçoamento” racial e genético, eugenia, se tornava um objetivo para pensadores que seguiam este raciocínio, inclusive Alfredo Ellis Jr. Esse movimento intelectual percorreu o mundo, tendo pequenas variações dependendo do local ou corrente de pensamento.

Os discursos raciais sobre o passado brasileiro, e paulista, foram controversos. Por exemplo, Ellis Jr. buscava confrontar a ideia do sertanejo “Jeca Tatu”, de Monteiro Lobato, o paulista como resultado pejorativo de uma miscigenação. A obra *Raça de Gigantes (1926)* escrita pelo autor tem essa temática como fio condutor. Para Ellis Jr., a origem racial da sociedade paulista estaria na miscigenação portuguesa com o índio tupi, portanto, os paulistas eram, sim, mamelucos, mas que teriam formado uma sub-raça eugênica, ou seja, evoluída. A singularidade paulista, sob esse prisma, se daria por uma superioridade genética, que aproveitaria os elementos positivos das duas raças, branca e tupi, e na ausência do negro. É interessante notar, o negro é excluído desta formação genética paulista, e seria um elemento de atraso presente nas formações raciais das outras regiões, especialmente no Nordeste, o que mostra que o africano e seus descendentes ocupam o lugar mais indesejado na hierarquia racial construída pelo autor.

O índio Tupi entrou na fórmula genética da “raça de gigantes” emprestando seus melhores genes para a evolução e formação de uma sub-raça eugênica, mas a contribuição

---

<sup>11</sup> A segunda edição desta obra foi publicada em 1936 com o título de *Os Primeiros Troncos Paulistas*.

cultural no fenômeno do bandeirismo é ausente no trabalho de Ellis Júnior. O indígena sempre aparece como inferior na obra analisada por este capítulo. Nas expedições detalhadas pelo livro, o autor mostra um grande número de índios que delas participaram, mas não apresenta quais as funções desempenhadas por eles. Não apresenta por que estariam participando de tais bandeiras já que sempre apareciam em maior número que os brancos e, desta maneira, para o autor, é possível imaginar que não estariam sendo forçados. O autor também não mostra nem uma contribuição geográfica ou material da cultura indígena que possa ter auxiliado europeus e seus descendentes a enfrentar o sertão desconhecido. O papel do índio é de mero coadjuvante na formação da sociedade paulista, para Ellis Júnior, o que mostra a inferioridade que também esse grupo ocupava na hierarquia racial do autor. Um trecho flagrante de tal inferioridade aparece em *Meio Século de Bandeirismo*:

Caso os planaltinos não tivessem agido, os jesuitas ter-se-iam expandido pelos Paranapanema e Tistê (sic), talvez só parando na Mantiqueira! Então o que seria do Brasil-Sul? Um Paraguai gigante te-lo-ia enguido! Evitar isso teria sido, talvez, o maior serviço ao Brasil, prestado pelos planaltinos! Tomaram a ofensiva antes que fosse tarde!<sup>12</sup>

No Brasil, especialmente após a abolição da escravidão (1888), com a vinda de vários imigrantes, em grande número para São Paulo, para substituir a mão de obra africana e afrodescendente nas lavouras, o discurso eugênico teve lugar de destaque na política e na intelectualidade. Vários dirigentes do país se preocupavam com a miscigenação causada pela imigração, sendo vista ora como positiva, no sentido do embranquecimento da população, ora como negativa, pois, dependendo da origem dos imigrantes, eles poderiam trazer características indesejáveis ao banco genético do país. Para outros, a miscigenação poderia ser perigosa, também, pelo simples fato de ameaçar a frágil eugenia construída no país. Este último caso é o de Ellis Jr.

Ele chega, na obra que ora analisamos, a negar o papel dos imigrantes na evolução econômica de São Paulo. Ele não apresenta a contribuição do imigrante nem nas plantações cafeeiras. Nas suas palavras: “A imigração, como já provei alhures, não causou a pujança de São Paulo, (Ellis, loc. Cit.). Foi antes uma consequência, e não uma causa”.<sup>13</sup> Sabemos, contudo, que tanto a mão de obra africana, quanto a mão de obra imigrante dos séculos XIX e

---

<sup>12</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Meio Século De Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 106.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 10.

XX, foram de suma importância na formação econômica do estado de São Paulo, tanto nas lavouras de café, no caso de ambos, quanto no desenvolvimento da indústria, tendo como principal fonte de mão de obra o imigrante europeu, em um primeiro momento.

Ainda em relação ao tema da discussão genética e racial proposta por Ellis Jr., é interessante recordar que o autor apresentou um projeto de lei em agosto de 1926, como deputado estadual, que propunha um maior estudo dos imigrantes que entravam no estado, na busca pelos imigrantes ideais ou no afastamento daqueles que poderiam ser considerados indesejáveis, mas Ellis Jr. não chega a apontar quais são, apenas propõe o estudo.<sup>14</sup>

A preocupação efetiva de Ellis Jr. com os nomes dos luso-brasileiros participantes das expedições que ele menciona na obra também é flagrante do papel do fenômeno das bandeiras paulistas que o autor pretende construir. Ele dedica várias páginas a mostrar quais teriam sido os integrantes de determinada bandeira, o seu trajeto, chegando mesmo a construir diálogos com a historiografia que se dedicou a tal tema, como Pedro Taques, Afonso Taunay, Silva Leme, entre outros.

Ellis Jr. chega a tecer acaloradas críticas e elogios aos autores com os quais ele dialoga, enquanto vai construindo grandes nominatas dos luso-brasileiros que participaram das expedições que o autor aborda. Não são só os nomes dos integrantes da alta estirpe que ganham espaço em sua obra. O autor também vai citando as primeiras linhas de ascendência de cada integrante, muitas vezes discordando ou adicionando informações às genealogias construídas pelos outros autores.

Determinar o trajeto, a velocidade média, e o tempo de cada expedição abordada na obra também parece ser uma preocupação central do autor. Para isto, o conjunto de fontes primárias que o autor utiliza se concentra em algumas “atas” e vários inventários e testamentos, além de relatos de padres e alguns viajantes. Assim, o autor é capaz de localizar tal personagem em determinada localidade, a determinado momento, ou saber de sua morte em expedição, na chegada às vilas ao se iniciar o testamento. O foco do autor é sempre a liderança das expedições e seus componentes luso-brasileiros, como já anteriormente citado.

---

<sup>14</sup> Sobre este projeto de lei, ver o artigo de Lorena Ribeiro Z. El-Dine, “Alfredo Ellis Junior e o debate sobre raça e imigração nos anos 1920”.



Por todas estas informações coletadas e analisadas por ele, *Meio Século de Bandeirismo* parece-me ser uma fonte de grande valia a quem se propuser a estudar mais detalhadamente alguma expedição, ou personagem destas expedições.

As três partes nas quais a obra é dividida tratam de uma história do bandeirismo, abordando momentos chave, considerados pelo autor, da história deste movimento paulista, já que tal fenômeno, para Ellis, é exclusivo da sociedade vicentina e planaltina.

Na primeira parte, intitulada *A bandeira de Nicolau Barreto e sua época*, é possível perceber que se trata da busca de um primeiro momento do bandeirismo, ou seja, as expedições paulistas voltadas para o apresamento indígena propriamente dito. O primeiro capítulo desta parte, intitulado *A chegada de Dom Francisco de Sousa*, remete-se àquele que fora governador geral do Brasil entre 1592 e 1602, e que teria ordenado as primeiras bandeiras de apresamento.

Existe uma mudança de paradigma, para o autor, neste momento. Segundo ele, as expedições do século XVI teriam um cunho defensivo e, acima de tudo, de procura por metais preciosos. Já as expedições que se dão a partir do século XVII tinham o objetivo de apresamento de populações indígenas com o fim de escravizá-las e vendê-las para as outras capitanias e mesmo para Portugal.

O autor reafirma o que vem afirmando desde o início da obra, que o bandeirismo de apresamento de indígenas foi uma saída econômica à ausência de fontes de riqueza. Num tom justificador, Ellis Jr. Sustenta que teriam os paulistas sido obrigados a recorrer a tal atividade. O autor apresenta um argumento de Simonsen, de que o bandeirismo de apresamento teria se dado com o maior objetivo de utilizar a mão de obra localmente, na capitania de São Vicente, cerca de 70% dos índios capturados, segundo Simonsen. Ellis Jr. discorda veementemente de tal afirmação, dizendo ter sido o apresamento de indígenas voltado para a exportação para outras capitanias, dentro do território luso-brasileiro, formando, portanto, uma indústria de apresamento, que supria um mercado exterior à capitania vicentina.

O bandeirismo de ofensiva teria sido a idade heróica do planalto, assemelhando-se ao fenômeno das cruzadas europeias, tendo sido Dom Francisco de Sousa (...) e a bandeira de Nicolau Barreto o primeiro degrau do bandeirismo. O lugar escolhido para tais expedições foi o sul da capitania vicentina.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Meio Século De Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948, p. 81.

Além deste ponto de inflexão de prioridades das expedições, Ellis afirma existir uma mudança geográfica. As expedições quinhentistas, como o autor costuma chamar, que possuíam um objetivo maior de pesquisas metalíferas, se dirigiam ao norte da capitania de São Vicente, grande parte do atual estado de São Paulo, respeitando assim a linha imaginária de Tordesilhas. Já as expedições bandeirantes, nesta visão de Alfredo Ellis Jr., tinham como destino as terras ao sul da capitania vicentina, portanto terras sob o domínio espanhol.

Na segunda parte da obra, chamada *Guairá e sua destruição*, que contém três capítulos, Ellis Jr. se dedica a estudar o que fica implícito como um segundo momento do bandeirismo, enquanto capítulo econômico da história paulista. Este segundo momento seria a conquista, por parte dos planaltinos, da região do Guairá, parte dos atuais estados do Mato Grosso do Sul e Paraná, além da região do Tape, atual Uruguai, e suas reduções indígenas. Segue esta segunda parte do livro uma linha lógica, debruçando-se sobre a mudança geográfica no destino das expedições, que agora rumavam ao sul da capitania vicentina, em território espanhol, pelo tratado de Tordesilhas.

Mais uma vez, Ellis Jr. se põe a justificar a ação de apresamento de povos indígenas por parte dos paulistas.

Relegados ao mais completo abandono da fortuna, os vicentinos não dispunham de elementos com que pudessem emergir da sotoplanura em que viviam e, assim, foram obrigados a recorrer à fonte de renda, que se lhes deparava e, que deles apenas exigia esforço, tenacidade, energia, bravura, espírito de aventura e de sacrifício. Lançaram-se ao apresamento do gentio, o que lhes proporcionava uma fonte de recursos, pois exportavam a mercadoria humana, apresada nos sertões, para as demais regiões da América portuguesa, onde havia trabalho organizado, auferindo dali, elementos de importação, com os quais continuavam no viver modesto, em que iam vegetando. Daí, as repetidas palavras escritas, num doloroso tom de amargura mal contida, nos documentos que tratam da ida dos planaltinos ‘ao sertão, em busca de remédio para as suas pobrezaas’<sup>16</sup>

O autor afirma que a escolha deste território, a atual região sul do Brasil, se dá pelo número de reduções indígenas, formadas pelos jesuítas, ali presentes. O papel dos jesuítas para esta indústria de apresamento é fundamental, segundo Ellis Jr. Por que ir atrás de povos que nunca tiveram contato com a civilização europeia, uma vez que os paulistas têm à disposição indígenas já “amansados” e agrupados pelos jesuítas em grandes fazendas, que eram as

---

<sup>16</sup> Idem, p. 99.

reduções, que tinham por objetivo a catequese dos ameríndios? O autor chega a afirmar, inclusive, que o destino do bandeirismo teria sido completamente diferente caso não houvesse a ação dos padres jesuítas. A União Ibérica (1580-1640) teria também facilitado esta empreita, uma vez que o território a que se refere tal parte da obra ficava em terras espanholas, tendo em vista o tratado de Tordesilhas. Organizados em grandes bandeiras, sempre comandadas por importantes figuras de São Paulo, às quais o autor dedica grande parte do texto e das notas de pé de página em incontáveis nominatas, e auxiliados por milhares de índios, aos quais o autor não dedica a mesma atenção, os paulistas formavam pequenos exércitos que assaltavam as reduções jesuíticas em busca de mercadoria humana para movimentar sua economia.

A bandeira à qual Ellis Jr. se dedica com mais vagar nesta parte é a de Antônio Raposo Tavares (1628), responsável pela derradeira conquista do Guairá, que acabou incorporado, em grande parte, ao território português graças à ação dos bandeirantes. Este aumento das terras sob domínio português, de acordo com o autor, foi um mero efeito colateral, e jamais teria sido um objetivo. Porém, coerentemente com o resto da obra, o autor atribui grande nobreza aos paulistas por tal feito. Basta lembrar a passagem transcrita acima que louvava os paulistas por terem tomado a ofensiva impedindo que o sul do Brasil se transformasse em um imenso “Paraguai”, em tom absolutamente pejorativo.<sup>17</sup>

O autor mostra a sua parcialidade extrema em favor dos paulistas. Em tom mais do que justificador, o autor contesta o relato de um padre espanhol que afirma serem os paulistas muito cruéis e que teriam matado muitos indígenas, assim como despovoado grande parte do território ao seu redor. Ellis sai em defesa dos paulistas e diz que tais acusações dos jesuítas não podem ser críveis, já que os religiosos eram parte neste processo e julgavam com paixão e lágrimas em suas penas. Ele diz não acreditar na crueldade dos paulistas para com os índios, já que estes eram suas mercadorias, e diz ser presumível que os paulistas só aplicavam a violência em último caso. Chega a afirmar: “Eu penso que os paulistas é que foram os grandes caluniados da história brasileira”.<sup>18</sup>

A terceira e última parte do livro é composta por cinco capítulos e tem o título de *No Rio Grande do Sul*. Esta parte se debruça sobre um terceiro momento do bandeirismo paulista, para Ellis, onde aquele chegará ao seu máximo alcance territorial, após a destruição da província espanhola do Guairá, chegando em terras hoje pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>17</sup> Idem, p. 106.

<sup>18</sup> Idem, p. 113.

Várias são as bandeiras relatadas, seus chefes, e conjecturas sobre seus percursos, datas, participantes e regressos que o autor apresenta nesta parte da obra. No entanto, a essência desta última parte do livro é muito simples. Seu eixo reside na apresentação da derrota de uma enorme bandeira, frente a uma reação jesuítica ao seu assalto, batalha que o autor chama de encontro de M'Bororé (1641).<sup>19</sup>

É nítido como a história paulista, para o autor, é ímpar em relação à história das outras regiões do país. Um dos objetivos da obra é, antes de qualquer outra coisa, colocar a história da região de São Paulo em lugar privilegiado e enaltecido da história da nação brasileira. Este objetivo, inclusive político, tão evidente, foi abordado anteriormente. O exercício a que me proponho agora é analisar o caráter do fenômeno do bandeirismo, assim como traçado por Ellis Jr. nesta obra. Mas sob este prisma tão enaltecido da história de São Paulo, como analisar o fenômeno do bandeirismo?

Em um primeiro momento, é possível traçar um quadro geral com características essenciais do fenômeno do bandeirismo, assim como construído por Ellis Jr. A primeira característica, que me parece essencial à pintura deste quadro geral, é o vulto, o tamanho, das expedições consideradas pelo autor como bandeiras. Na primeira parte do livro anteriormente analisado, o autor traça a imagem das bandeiras paulistas como heroicas, grandiosas, ofensivas, independentes da vontade da coroa, a partir do século XVII, em oposição a expedições menores, defensivas, amando do governo geral, do século XVI. É perceptível, portanto, o que seria a imagem de uma verdadeira expedição bandeirante para ele, grandes expedições!

Durante toda a obra, o autor descreve bandeiras específicas, às quais ele dedica grande esforço em expor os nomes dos componentes, descendentes de famílias europeias. Nenhuma destas expedições apresentadas pelo autor contém menos de algumas dezenas de luso-brasileiros, e algumas centenas de indígenas. Aliás, o tamanho das bandeiras é mesmo utilizado pelo autor como um indício de que tais expedições teriam o objetivo de apresamento de populações ameríndias. Ele as chama de exércitos em miniatura nesta ocasião:

Não estamos vendo as expedições de Pedro Lôbo, Aleixo Garcia, Bruzza de Spinoza, Vasco Caldas (...) e outras, em flagrante contraposição às bandeiras guerreiras de Jerônimo Leitão, Botafogo, Salema, Sardinha, Jorge Correia e outros que, pelos fins a que se destinavam, tinham precisão de levar aos sertões exércitos em miniatura,

---

<sup>19</sup> Idem, p. 199.

porque o índio, para ser apresado, precisava, antes, ser dominado pela violência, mesmo porque se defendia? <sup>20</sup>

Em resumo, o fenômeno do bandeirismo traçado por Ellis Jr. se coloca como um capítulo grandioso da história de São Paulo, assim como a economia do café, por exemplo. Este capítulo teria começado somente em fins do século XVI e no começo do XVII, com o início do que ele chama de expedições ofensivas. Sua intenção é, portanto, prestar um tributo à atividade bandeirante de luso-brasileiros que, segundo o autor, não possuíam outra fonte de riqueza viável e foram obtê-la nos sertões, constituindo uma indústria de apresamento de populações indígenas. O fruto deste apresamento, ameríndios escravizados, seria vendido fora da capitania, especialmente para o Nordeste açucareiro. As expedições bandeirantes tiveram o positivo, em sua concepção, efeito colateral de ampliar e desbravar o território português, e futuramente brasileiro. Tais expedições teriam grande porte, com dezenas de luso brasileiros e centenas de índios aliados. O foco do autor se volta sempre para a liderança e os componentes da elite luso brasileira de cada expedição. Sua preocupação e diálogo com a historiografia contemporânea repousa nas genealogias, nominatas, trajeto, velocidade média e tempo de cada expedição abordada. É importante notar a lacuna deixada pelo autor no tocante à participação indígena nas expedições bandeirantes, além da participação destes na própria dinâmica da vida de São Vicente.

---

<sup>20</sup> Idem, p. 45.

## 2. Capítulo II – A obra de Sérgio Buarque de Holanda

Ao contrário de Alfredo Ellis Júnior, Sérgio Buarque de Holanda não se dedicou ao tema do passado paulista desde o início de sua trajetória intelectual. Assim como também não tinha ligações tão íntimas e ativas com a vida política e econômica de São Paulo. Nasceu em julho de 1902, em São Paulo, e antes de se tornar historiador e professor universitário fora jornalista e crítico literário. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1925. Poucos anos após o término da graduação, o autor começou a trabalhar como jornalista, viajou para a Alemanha, onde entrou em contato com obras de Max Webber, e regressou ao Brasil, no início dos anos 1930, em pleno auge do processo de reconstrução e afirmação das identidades regional (paulista) e nacional, no contexto do início da Era Vargas (1930-1945).

Em 1936, era publicada a primeira edição da obra *Raízes do Brasil*. A obra mais tarde se tornaria um dos principais expoentes da historiografia brasileira, que inclusive influenciou, direta ou indiretamente, a grande maioria dos trabalhos de história da ocupação europeia do território da América portuguesa.

Pode-se perceber, portanto, que quando Sérgio Buarque começou a se dedicar ao estudo da expansão colonial paulista, a partir dos anos 1940, por meio das entradas, bandeiras, monções, enfim, aquilo que Robert Wegner chama de a “conquista do Oeste a partir do planalto paulista”,<sup>21</sup> já existia uma vasta literatura consolidada sobre este tema, como é o caso das publicações de Alfredo Ellis Jr. Para citar os trabalhos mais expressivos de Sérgio Buarque de Holanda dedicados ao tema, em 1945 é lançada a primeira edição de *Monções*; em 1957, *Caminhos e Fronteiras*; dois anos mais tarde *Visão do Paraíso*. É interessante ressaltar que nem todas as publicações de Sérgio Buarque sobre o passado colonial paulista eram feitas em trabalhos acadêmicos. Grande número de publicações foi feito em artigos de jornais, como foi o caso do livro *Caminhos e Fronteiras* do autor, que foi publicado aos poucos em artigos para o *Estado de São Paulo*.

O aspecto que chamou mais a atenção de Sérgio Buarque de Holanda no passado colonial de São Paulo parece ter sido o movimento, a *itinerância*, das populações da capitania de São Vicente em oposição ao sedentarismo das outras regiões. *Monções*, seu primeiro livro

---

<sup>21</sup> WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

que se dedica à “conquista do Oeste” é um bom exemplo disso. Nas palavras do autor: “Sua vocação [dos paulistas] estaria no caminho, que convida ao movimento; não na grande propriedade rural, que cria indivíduos sedentários”<sup>22</sup>. O primeiro capítulo da obra, *Os caminhos do sertão* tem tal temática da mobilidade rumo ao interior do país, por parte das populações paulistas, em oposição à sedentarização nordestina, voltada para fora, para Portugal.

As monções, objeto central da obra em questão, eram viagens fluviais periódicas entre São Paulo e o Mato Grosso, no século XVIII. Apesar de constituírem uma rota muitas vezes repetida e, em grande parte conhecida, tais viagens eram verdadeiras expedições, pois se tratava de uma aventura de meses de duração, nas quais se atravessava o interior do país pelos rios, enfrentando o sertão e todos os seus riscos e dificuldades, como doenças, ataques indígenas, desconforto, entre outros desafios. As monções foram de essencial importância para a viabilidade de exploração mineral do Mato Grosso, pois constituíam a principal ligação entre esta capitania e o litoral do país. As monções não integram o fenômeno do bandeirismo de escravização de indígenas, tal como conceituou Ellis Jr., mas se colocam como elemento do conjunto formado pela itinerância sertaneja do passado colonial paulista, o que Sérgio Buarque considerou como vocação ao movimento, ou seja, as expedições que partiam de São Paulo rumo ao sertão do interior do país.

Na análise deste elemento do sertanismo paulista, as monções, o maior traço da originalidade de Sérgio Buarque de Holanda, característica muito cara a toda a produção deste autor, é o papel essencial dado à cultura material e às relações Inter étnicas. Esse foco nos componentes físicos e cotidianos concede atenção maior à contribuição indígena, na formação social, cultural, material, econômica da sociedade paulista e das suas realizações, como o bandeirismo por exemplo.

Já no primeiro capítulo, o autor coloca o indígena como valiosa referência do colono português em sua empreita sertaneja. Ele admite que os caminhos feitos pelos índios antes da chegada dos europeus podem ter sido utilizados pelos paulistas, além de afirmar que estes, sem regalias, caminhavam com os próprios pés, e em fila indiana, à moda nativa. Além dessas, várias são as características da vida colonial paulista apontadas pelo autor que se devem à influência dos ameríndios, especialmente aos descendentes do tronco Tupi. Assim, afirma Sérgio Buarque: Num continente completamente desconhecido pelos portugueses e demais europeus

---

<sup>22</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 42.

“É inevitável que, nesse processo de adaptação, o indígena se torne seu principal iniciador e guia.”<sup>23</sup>

O segundo capítulo de *Monções* se dedica à utilização dos rios como vias de locomoção interna pelo território e foi intitulado *O transporte fluvial*. O autor faz questão de mostrar que os rios nem sempre foram utilizados como vias pelos colonos e que, muitas vezes, se constituíam em empecilhos à locomoção. Além disso, ele analisa detalhadamente os tipos de embarcações utilizadas pelos paulistas. Aqui, os componentes da cultura material são analisados, trazendo à tona a influência da cultura indígena na adaptação ao novo continente, especificamente neste caso, nas técnicas de navegação e construção das embarcações. É possível citar o exemplo das ubás ou pirogas, canoas entalhadas em um só tronco, assim muito mais leves e úteis à navegação nos rios brasileiros do que as embarcações europeias já conhecidas pelos colonos, já que era necessário retirá-las da água para se transpor cachoeiras.

A adaptação ao continente americano é, portanto, peça chave na colonização portuguesa da América, para Sérgio Buarque. E no sertão ela se faz ainda mais necessária e vital. A apropriação dos meios de vida dos indígenas do tronco linguístico Tupi são, para o autor, uma fonte importante de saberes e técnicas desde seu primeiro grande trabalho: “Assim, o fato de acharem essas terras habitadas por uma só raça de homens, falando a mesma língua, não podia deixar de representar para eles uma inestimável vantagem”.<sup>24</sup> O autor faz esta afirmação se referindo à própria colonização litorânea, em *Raízes do Brasil*, logo, para ele, o elemento indígena como guia da adaptação ao novo ambiente não é exclusivo do sertão. Mas, com certeza, é na conquista do Oeste, no interior, a partir do planalto paulista, que tal característica se potencializa. Vários são os indícios e características materiais apontados pelo autor para afirmar tal tese. A língua geral, falada em São Vicente, é o maior deles. Sérgio Buarque mostra, ainda em *Raízes do Brasil*, que a língua “dos índios” era falada domesticamente, o português se aprendia na escola.<sup>25</sup> E que a difusão do português como língua predominante em terras paulistas só se deu a partir do início do século XVIII, coincidente com o início da exploração mineral.<sup>26</sup>

Se referindo à capacidade de colonização dos portugueses, Sérgio Buarque, já em *Raízes do Brasil*, aponta para a mestiçagem destes últimos com a população local dos territórios em

---

<sup>23</sup>HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 43

<sup>24</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 127.

<sup>25</sup> Idem, p. 147.

<sup>26</sup> Idem, p. 155.



processo de conquista como uma vantagem considerável em comparação a outros povos. Ele diz:

Ao contrário do que sucedeu com os holandeses, o português entrou em contato íntimo e frequente com a população de cor. (...) Americanizava-se ou africanizava-se, conforme fosse preciso. ‘Tornava-se negro’, segundo expressão consagrada na costa da África.<sup>27</sup>

Ao chamar atenção para a expressão que dizia que os portugueses “tornavam-se negros”, é possível perceber que o papel das populações nativas dos lugares colonizados pelos portugueses na construção da própria história não é de mero coadjuvante, para Sérgio Buarque.

O terceiro capítulo de *Monções*, denominado *Ouro*, se refere propriamente às primeiras expedições que se inserem na dinâmica da economia mineradora em Mato Grosso, e sua conexão fluvial com o planalto paulista. O autor analisa os elementos da vida naquela capitania desde a descoberta do ouro, no início do século XVIII. Ele afirma que em 1723 a população do arraial de Cuiabá chega a 4 mil habitantes, mas a falta de mantimentos é nítida e a caça e a pesca obrigatórias para quem queira sobreviver<sup>28</sup>. Faz também um estudo dos alimentos que eram consumidos pela população local, afirma que as plantações de cana, além da criação de suínos e galinhas chegam à capitania no final da década de 1720, e bovinos e equinos na década seguinte. Sérgio Buarque de Holanda faz questão de demonstrar como as minerações do Mato Grosso eram difíceis, penosas e menos atrativas que as de Goiás, no início, devido à falta de mão de obra e à exploração do fisco real. Porém, a partir de 1728, os resultados da persistência começam a aparecer: o domínio dos índios “bravos”, maior produção de mantimentos, maior flexibilidade política, entre outros. A ascensão traz novas ondas de bandeirantes e aventureiros paulistas que vão consolidar o povoamento do território, descobrindo inclusive novas minas. Sérgio Buarque mostra como os mosquitos constituíam grande incômodo aos viajantes e sertanistas, evidenciando assim que eles resolvem este problema adaptando mosquiteiros às embarcações e locais de pouso. Além disso, o autor faz questão de ressaltar a importância de tal via fluvial na integração do território nacional.

A função histórica dessa autêntica estrada fluvial de perto de 10 mil quilômetros, que abraça quase todo o território da América portuguesa, supera a de qualquer das outras

---

<sup>27</sup> Idem, p. 76.

<sup>28</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 105.

linhas naturais de circulação do Brasil, sem excluir a do São Francisco, chamado, por alguns historiadores, o ‘rio da unidade nacional’.<sup>29</sup>

O quarto capítulo é dedicado aos tripulantes das monções. Intitulado de *Sertanistas e mareantes*, o autor mostra a melancolia e a sensação de perigo como companhias constantes dos monçoeiros, assim como hábitos e costumes dos viajantes, além da violência com que eram recrutados, geralmente entre vadios e criminosos, os que comporiam as tripulações das monções. Esse capítulo é um excelente exemplo da abordagem de Sérgio Buarque em relação à personagens que não possuíam grande notabilidade, marginais à vida política e social da época, personagens que em muitos casos se tornaram mudos nas narrativas históricas. Nas palavras de Maria Odila Leite da Silva Dias: “Um traço profundamente renovador destes estudos de Sérgio Buarque de Holanda é o esforço de reconstruir a vida de homens anônimos e o sistema de dominação a que viviam expostos”.<sup>30</sup>

Um ponto importante deste capítulo é o efeito disciplinador causado pelas viagens fluviais nos próprios monçoeiros. Segundo o autor, a partir do momento que a mineração se consolida na capitania de Mato Grosso, as viagens passam a ser constantes e necessárias. Assim, deixam de ser aventuras de risco (de investimento) e passam a ter uma rentabilidade mais certa para aqueles que se dedicam a tal empreita. Mesmo o risco físico de acidentes, de ataques indígenas, entre outros riscos à integridade corporal dos viajantes diminui, não deixando de ser considerável, pois os caminhos passam a ser cada vez mais conhecidos. As monções passam, então, a ser uma empreita regular, que exige trabalho e, acima de tudo, resignação, abdicção das vontades corporais mais imediatas, e que produz um lucro esperado, em boa medida, exercendo um *efeito disciplinador* nos viajantes, que aos poucos deixam de ser aventureiros - conceito cunhado em *Raízes do Brasil* que se refere à mentalidade ibérica de enriquecimento rápido, que despreza o trabalho cotidiano, conhecido, certo e valoriza a aventura, a bravura, incerta, rumo ao desconhecido, que não se submete à civilidade e à disciplina. Nas palavras do autor:

É inevitável pensar que o rio, que as longas jornadas fluviais, tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens. (...) A ausência dos espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das densas florestas ciliares, que interceptam à vista do horizonte, a abdicção necessária das vontades particulares, onde a vida de

---

<sup>29</sup> Idem, p. 99.

<sup>30</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985, p. 31.

todos está nas mãos de poucos ou de um só, tudo isso terá de influir poderosamente na mentalidade dos aventureiros, que demandam o sertão remoto.<sup>31</sup>

O quinto capítulo de monções se dedica a uma análise material, com um caráter etnográfico muito forte, das expedições monçoeiras. Com o nome de *As estradas móveis*, este capítulo se dedica à apresentação de elementos como a disposição dos tripulantes nas embarcações, suas funções, alimentação, obstáculos nos rios, entrepostos de pouso, técnicas de transposição das cachoeiras, uma análise detalhada dos principais rios utilizados e caminhos alternativos.

O sexto e último capítulo da obra, intitulado *Comércio de Cuiabá* traz uma análise mais etnológica, ou seja, o autor utiliza os elementos materiais apresentados no capítulo anterior para se dedicar um pouco mais à função das monções: o seu empreendimento comercial de transporte de pessoas e mercadorias visando o lucro. Assim, Sérgio Buarque apresenta o próprio fim destas rotas fluviais chamadas de monções o relacionando à sua razão de existir. Segundo o autor, quando chega ao fim a extração de ouro, ao mesmo tempo em que surgem rotas alternativas que se tornam mais atrativas, como a estrada por terra, atravessando Goiás, além das rotas fluviais amazônicas, as expedições monçoeiras se encerram.

Apesar de não ter o foco no tema da expansão colonial paulista, o entendimento de *Raízes do Brasil* é essencial para quem deseja se debruçar sobre aquele tema a partir da ótica de Sérgio Buarque de Holanda. Esse livro, com características ensaísticas muito fortes, inaugural do pensamento do autor, se propõe a traçar um quadro geral das características da formação da sociedade brasileira, aliás, como o próprio nome já nos dá uma pista. Nele, Sérgio, estabelece uma querela pessoal entre os antigos e modernos, ou mais precisamente, entre o atraso e o progresso. Robert Wegner fala em um “dilema entre a tradição ibérica e a modernização”<sup>32</sup>. Maria Odila L. da Silva Dias fala em uma “reconstituição das tensões entre as tradições e a mudança histórica” como um “fulcro inspirador comum a todos os seus trabalhos”.<sup>33</sup> Ou seja, o pensamento de Sérgio, na referida obra, constitui uma querela própria entre o que ele considera atrasado e o devir de uma sociedade moderna, urbana, de corpo e espírito, como uma etapa da evolução natural de uma civilização. Neste sentido, esta obra conversa diretamente com os discursos modernistas dos anos 1920, que muito o inspiraram, e

---

<sup>31</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 76

<sup>32</sup> WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000 p. 215.

<sup>33</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985, p. 11

de reconstrução da identidade nacional, aliada a uma orientação política progressista dos anos 1930, que enxergava a industrialização e urbanização como caminho do progresso do país. Implicitamente, Sérgio Buarque considera o Brasil como uma nação ainda presa a “raízes” de uma sociedade atrasada. Demonstrar as características e motivos deste atraso, através de um ensaio analítico da sociedade brasileira, assim como propor que existe uma revolução em direção à modernidade em curso é o objetivo da referida obra.

O principal eixo argumentativo de *Raízes do Brasil* se constitui na afirmação de que tal atraso se associa à herança ibérica da colonização portuguesa do Brasil. E nas próprias palavras do autor: “(...) ainda nos associa à península Ibérica, a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura.”<sup>34</sup>

Uma “admirável metodologia dos contrários”, como disse Antônio Cândido em seu prefácio à obra, escrito em 1967, constitui o método explicativo de que o autor se vale. Ele se ampara no tipo ideal, de corte weberiano, porém com dicotomias de conceitos antagônicos, e não com uma pluralidade de tipos. São exemplos destas dicotomias as ideias de “trabalhador e aventureiro”; “ócio e negócio”; “razão e emoção”; “dominação e adaptação” e, especialmente, “rural e urbano”. Ao se utilizar de tais dicotomias, ideias opostas, para explicar as raízes da sociedade brasileira, Sérgio Buarque mostra outra pista de que seu raciocínio, na obra em questão, constitui uma dicotomia em si, aquilo que anteriormente foi referido como uma querela própria. Tal oposição se dá entre uma sociedade que ele considerava ideal, civilizada, com referenciais burgueses consolidados, influenciados por uma *racionalidade de dominação* de cunho weberiano, que valorizaria o negócio antes do ócio, o trabalho cotidiano antes da aventura de enriquecimento súbito, a razão antes da emoção, a impessoalidade antes do personalismo, entre outras várias oposições possíveis.

A razão para esta obra ser essencial para se compreender o tema da expansão colonial paulista sobre o sertão, sob o ponto de vista de Sérgio Buarque, é a mudança que se opera desta primeira obra inaugural, *Raízes do Brasil*, para as próximas. A mudança ocorrida no recurso analítico do autor da primeira para a segunda obra é que em *Monções* o autor enxerga o legado ibérico com um maior dinamismo. No livro de 1945 o legado ibérico não é visto como uma *dicotomia* em relação ao progresso. Ele é visto como algo fluido, que se adapta às condições do

---

<sup>34</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2014. Pg. 46.

novo continente sob o guia da cultura indígena e se modifica. Um processo de síntese de uma nova sociedade, originalmente americana.

Este produto final, uma cultura híbrida, descendente do legado ibérico, porém forjada na América e adaptada às necessidades na nova terra, sob o guia da cultura indígena, tem a influência clara da tese da fronteira de Frederick Jackson Turner<sup>35</sup>. Neste sentido, um excelente exemplo material, dado por Sérgio Buarque em *Monções*, e apontado por Robert Wegner em sua análise<sup>36</sup>, é o da canoa de tronco utilizada nas viagens monçoeiras, mas adaptadas com mosquiteiro e toldo na popa.<sup>37</sup> A utilização da canoa de tronco, é em si, um fruto da adaptação do europeu, com a ajuda de uma técnica indígena, pois tais canoas eram construídas pelos ameríndios anteriormente à chegada dos portugueses à América. Elas são embarcações, construídas a partir de um único tronco, onde se entalha a canoa. Elas eram muito mais eficientes nas navegações dos rios brasileiros, pois podiam ser mais facilmente transportadas por terra, em caso de necessidade de se transpor uma cachoeira com a tecnologia disponível à época. Porém, os mosquiteiros e toldos que eram colocados nas embarcações são, claramente, uma readaptação europeia de uma técnica indígena. Este exemplo prático seria uma boa analogia à formação de uma cultura híbrida, porém originalmente americana.

Robert Wegner<sup>38</sup> aponta que essa nova forma de enxergar o legado ibérico foi influenciada pela historiografia estadunidense, especialmente a obra de Frederick Jackson Turner e sua famosa tese da fronteira. Essa influência dos pensadores norte americanos em Sérgio Buarque se dá no decurso da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a própria identidade nacional estadunidense se reconstruía e buscava elementos em seu passado, não de distanciamento do restante do continente americano, mas de aproximação. Tal aproximação existiu, inclusive, enquanto política de Estado, conhecida como a “Política da boa vizinhança”. Esta aproximação constituiu, especialmente, uma tentativa de construção de uma identidade americana, enquanto continente, em oposição à Europa. O elemento comum a todas as nações

---

<sup>35</sup> Frederick Jackson Turner foi um historiador norte-americano que ao interpretar a ocupação do território estadunidense na expansão em direção ao Oeste, realizada até o século XIX, propôs uma tese de que características que ele considerava singulares da cultura americana eram resultado da vida na fronteira de ocupação do território. A cultura estadunidense seria, assim, resultado da adaptação da cultura europeia ao adventício, em terras americanas, com ajuda de técnicas indígenas, para em um segundo momento buscar de volta costumes e técnicas europeias, criando assim uma cultura híbrida, mas originalmente americana, forjada na fronteira. Esta tese influenciou inúmeros trabalhos historiográficos, tanto nos EUA, quanto em outras partes do continente americano.

<sup>36</sup> WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000

<sup>37</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 96

<sup>38</sup> Robert Wegner, op. cit.

do continente americano é a colonização europeia, portanto surgiram neste contexto vários trabalhos construindo uma nova leitura da história colonial de alguns desses países do continente, valorizando aquilo que há de comum entre tais experiências coloniais.

Sérgio Buarque de Holanda fez uma viagem, de cunho acadêmico, em 1941, aos Estados Unidos da América exatamente na efervescência deste momento, depois de manter relações com alguns intelectuais muito ligados à essa perspectiva pan-americanista, como Lewis Hanke. Robert Wegner enxerga que a relação de Sérgio com os intelectuais norte americanos influenciou sua maneira de compreender a experiência colonial portuguesa na América, especialmente no que tange à ocupação das terras desconhecidas do interior, envolvidas em mitos e promessas de riqueza, o sertão, a partir do planalto paulista.

Portanto, essa nova maneira de leitura da história colonial, valorizando experiências americanas comuns aos países do continente, e não mais transportando para a Europa toda a responsabilidade e os frutos do devir dos países que ora existem no continente americano, proporcionou uma nova lente para Sérgio Buarque de Holanda enxergar o passado colonial brasileiro, e assim, o fenômeno da expansão territorial promovida pelos paulistas. Esta mudança de paradigma do início dos anos 1940 começaria uma nova fase intelectual do autor. Colaborando com esta tese, existe o fato de o autor ter produzido uma segunda edição de *Raízes do Brasil*, em 1947, onde ele próprio lança ressalvas sobre a primeira versão.

Em relação ao bandeirismo, Sérgio Buarque cita Georg Friederici, em *Raízes do Brasil*, para fazer a seguinte afirmação:

No trabalho monumental que escreveu sobre o caráter do descobrimento e conquista da América pelos europeus Georg Friederici teve estas palavras acerca da ação das bandeiras: ‘Os descobridores, exploradores, conquistadores do interior do Brasil não foram os portugueses, mas os brasileiros de puro sangue branco e muito especialmente brasileiros mestiços, mamelucos. E também, unidos a eles, os primitivos indígenas da terra. Todo o vasto sertão do Brasil foi descoberto e revelado à Europa, não por europeus, mas por americanos’.<sup>39</sup>

Wegner utiliza do modelo explicativo apresentado por Richard Morse em *A Volta de McLubanaíma*, de explicação genética e situacional, para tratar da mudança ocorrida entre a primeira e a segunda obra de Sérgio Buarque de Holanda. Tal modelo se constitui em classificar de genética uma explicação histórica que se baseie na herança cultural transatlântica, no caso

---

<sup>39</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 158

do Brasil, por exemplo, uma explicação que se baseasse em uma relação direta com o legado cultural português. Já uma explicação situacional se basearia em uma experiência local, de construção dinâmica com os elementos transatlânticos e regionais, mas na qual a herança colonial se coloca em segundo plano, privilegiando a experiência americana. Tendo esclarecido tal modelo, Wegner afirma que quando Sérgio Buarque passa a se dedicar ao tema da expansão colonial paulista, no início dos anos 1940, a chave explicativa do autor passa a ser muito mais situacional que genética, ao contrário do que tinha ocorrido em seu primeiro ensaio.

Concluindo, é importante ressaltar, no entanto, à luz dos trabalhos futuros do autor, que a forte presença da etnografia, da etnologia e da antropologia na referida obra, vai gradualmente dando um lugar maior ao método histórico nos trabalhos subsequentes. Ou seja, “ (...) a análise da cultura material serve, antes de mais nada, à tentativa de compreensão dos processos históricos”<sup>40</sup>, e no caso, a dinâmica da colonização do interior do território brasileiro a partir de São Paulo.

A intenção de Sérgio Buarque não é de afirmar que a cultura e sociedade brasileira, e especialmente paulista, são um fruto ou descendência exclusiva das culturas e sociedades tupis, porém, também não o seriam da sociedade europeia. O autor defende, nas obras a partir de *Monções*, que o momento de adaptação e absorção de práticas culturais e técnicas indígenas constitui um primeiro momento do pioneirismo português na América. A partir deste primeiro contato, o europeu é capaz de adaptar a sua própria cultura às necessidades e os novos conhecimentos do novo ambiente. Nas palavras do autor:

Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo. Com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio.<sup>41</sup>

Não existe uma descontinuidade, uma total ruptura ou quebra de paradigma entre *Raízes do Brasil* e *Monções*, mas existe sim um grande amadurecimento na maneira de Sérgio Buarque de Holanda encarar o legado ibérico para a formação da sociedade brasileira. Tal amadurecimento é comprovado na medida que as ideias de explicação situacional e do papel do indígena na formação cultural do Brasil já estavam presentes na primeira obra, mas tomaram um lugar de absoluto destaque em suas pesquisas a partir da segunda. Este amadurecimento e

---

<sup>40</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 29

<sup>41</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014, p. 43

afunilamento do objeto de estudo do autor se dá pela influência da historiografia estadunidense, especialmente a tese de Frederick Jackson Turner, que empresta elementos significativos para que o autor esboce a dinâmica da síntese da cultura brasileira, híbrida, fruto da adaptação portuguesa ao adventício, tendo o índio Tupi como guia. Esta cultura híbrida possui a consistência do couro, maleável, mas é originalmente americana.



### 3. Conclusão

Existe uma semelhança na maneira como tratam o tema das bandeiras os autores Sérgio Buarque de Holanda e Alfredo Ellis Júnior, que é a singularidade da colonização de São Paulo em oposição à das outras regiões do país, especialmente do Nordeste.

Mas existe também uma grande diferença entre duas abordagens. Na obra de Ellis Jr, há um tributo a um capítulo do que ele mesmo constrói como uma epopeia paulista na história brasileira, assim como o auge da exportação de café e o pioneirismo industrial desse estado. A construção dessa epopeia se dá em um momento de consolidação de São Paulo como um centro de poder político da nação brasileira, as primeiras décadas do século XX.

Na referida revalorização e exaltação do passado colonial paulista, a figura do bandeirante aparece como um símbolo da nova construção identitária do presente e do passado paulista. Vários autores se dedicaram a este intento, originando uma euforia apologética a um conjunto de características em torno da figura deste personagem da história vicentina, o que ficou conhecido como mitologia bandeirante.

Alfredo Ellis Júnior se insere como um dos principais expoentes, interlocutores e construtores dessa mitologia. O fenômeno do bandeirismo é estudado pelo autor com o objetivo de exaltação da história paulista, e de mostrar a especificidade da população planaltina. Tal singularidade paulista reside, para o autor, sobretudo em uma sub-raça paulista, eugênica, formada pela miscigenação do português com o índio Tupi. Essa “raça de gigantes”, geneticamente superior, predestinada ao progresso, é forçada a conquistar o sertão em busca de uma fonte de riqueza, a escravização dos povos indígenas, já que para ele, não existia outra atividade econômica viável na capitania de São Vicente. O bandeirismo, para Ellis Jr., se insere exatamente nesta conquista do sertão em busca de uma fonte de riqueza.

Os argumentos de Ellis Jr. na construção deste bandeirismo heroico, de conquista, se concentram na análise minuciosa dos nomes da elite, luso-brasileira, paulista que participava destas expedições, seus trajetos, número de integrantes, velocidade e espaço percorridos. O papel dado ao elemento indígena na construção do fenômeno do bandeirismo é de mero coadjuvante. O índio Tupi empresta seus melhores genes à miscigenação formadora da “raça de gigantes”, mas não apresenta nenhuma contribuição cultural à formação de uma sociedade essencialmente mameluca, como o próprio autor admite. A própria concepção de inferioridade racial indígena é flagrante na obra analisada. O componente indígena é tratado como um bloco

único, geralmente se referindo ao tronco Tupi, e quanto às outras etnias, troncos linguísticos, ou mesmo a divisão dos próprios grupos tupis não são nem mencionados.

Já o contexto de influência e produção intelectual de Sérgio Buarque de Holanda não é de exaltação ou de reafirmação de um novo lugar da história de São Paulo na identidade nacional brasileira. É antes, uma história de cunho político muito menos evidente, uma análise da formação cultural da sociedade brasileira, baseada também no estudo de elementos etnográficos. Existe no pensamento do autor uma dicotomia básica entre o atraso e o progresso, um fio condutor que percorre toda a extensão de sua obra. Esta dicotomia se insere em um contexto de mudança no projeto político nacional, nos anos 1930, que tem como norte uma sociedade urbana, industrial e progressista. Assim, existe uma preocupação do autor com a inserção da cultura brasileira e paulista do presente e do passado nesta perspectiva dicotômica entre o progresso urbano industrial e o atraso rural, assim como com a sua fluidez, o movimento dessa mentalidade no tempo.

No pensamento do autor existe um ponto de inflexão, um amadurecimento ante a sua primeira grande obra, *Raízes do Brasil* (1936) e a segunda, *Monções* (1945). Tal amadurecimento se refere ao lugar que o legado ibérico ocupa na formação cultural da sociedade brasileira. Na primeira obra o legado cultural ibérico era rígido e constituía a principal razão do atraso da sociedade brasileira, que possuía raízes rurais. A partir da segunda obra, Sérgio Buarque de Holanda passa a tratar o legado ibérico com muito mais fluidez, assim como passa a focar, como objeto de estudo, o movimento das populações paulistas pelo território da América portuguesa. A itinerância paulista rumo ao sertão proporcionou a formação de uma cultura híbrida, que necessitava se adaptar ao novo continente, e teve como guia o elemento indígena, especialmente o Tupi. No processo de adaptação dos colonos paulistas à fronteira, ao sertão, estes se valeram das técnicas e conhecimentos indígenas em um primeiro momento, para readaptá-los à própria bagagem cultural europeia em um segundo momento, e formar uma cultura híbrida, porém maleável, com a consistência do couro, mas acima de tudo, americana!

Percebe-se como existe uma diferença radical entre a maneira como o componente indígena é tratado no bandeirismo proposto por Ellis Jr. e no de Sérgio Buarque de Holanda. Para o primeiro, a influência indígena foi apenas genética, para o segundo foi especialmente cultural.

Ou seja, o bandeirismo traçado por Ellis Júnior é um movimento luso brasileiro, culturalmente europeu, de grandes dimensões, com uma participação indígena coadjuvante. Já nas obras de Sérgio Buarque, existe uma tentativa de se traçar *raízes*, explicações da sociedade brasileira a partir de elementos etnográficos e materiais. Neste processo, o sertanismo construído pelo autor é muito mais palpável, com a participação decisiva e central do elemento indígena, na construção de uma sociedade culturalmente híbrida, não só geneticamente mameluca, com traços europeus e indígenas, mas construída na América, originalmente brasileira.

Pode-se perceber, assim, que Sérgio está despindo a imagem do bandeirante feita por Alfredo Ellis Júnior e por outros autores. Em um texto posterior a *Monções*, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, que mais tarde comporia o livro *Caminhos e Fronteiras*, o autor situa claramente sua crítica a esta imagem:

A silhueta do bandeirante, com o sombrero de feltro, o arcabuz ou escopeta, e a respectiva forquilha, o terçado, a cinta, o gibão de armas acolchoado de algodão, as calças tufadas, as botas altas de cordovão, parece já definitivamente incorporada a nossa imaginação histórica. Como tentar corrigir uma imagem tão largamente difundida pelos retratos supositícios, sem ao mesmo tempo suprimir certas convicções, que à força de repetidas, se tornaram inseparáveis da idéia que fazemos do antigo devassador do sertão?<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> HOLANDA. O Estado de São Paulo, 13 de janeiro de 1948. Pg. 5 apud: WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000 p. 15

## REFERÊNCIAS

### FONTES

ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Meio Século De Bandeirismo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948 (Brasiliana, v. 259).

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. 4.ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 27.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

### BIBLIOGRAFIA

ADUCCI, Cassia Chrispiniano. *A pátria paulista*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 51).

FERRETTI, Danilo J. Zioni. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 59-78. jan./jun. 2008.

GOMES, Ângela de Castro. “População e sociedade”. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013 (História do Brasil Nação: 1808-2010), p.41-89.

KOK, Glória Porto. *O Sertão Itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII*. São Paulo: Hucitec - Fapesp, 2004.

MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora FGV , 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz de. A Mitologia Bandeirante: Construção e Sentidos. *História Social*, São Paulo, n. 13, p. 151-171, 2007.

TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 34).

WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: A fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

Termo de Compromisso  
Declaração de Autenticidade

Eu, Luiz Otávio Vieira Marques, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Os paulistas e a conquista do sertão: uma comparação entre as abordagens de Alfredo Ellis Júnior e Sérgio Buarque de Holanda* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 17 de agosto de 2015.

---

Luiz Otávio Vieira Marques